

Direito Penal Máximo?

Autora: Vanessa de Lazzari Hoffmann

Juíza Federal

Publicado na Edição 20 - 29.10.2007

Sumário: Introdução. 1 Finalidade do Direito Penal. 2 Cultura do medo. 3 Atitude do legislador. 4 Atitude do juiz criminal. Conclusão. Referências bibliográficas.

Introdução

Qual a finalidade do direito penal? A resposta a essa pergunta não é o objetivo deste trabalho, mas parte de eventuais respostas à análise que doravante se fará, de maneira sucinta, sobre a expansão do Direito Penal.

Não é novidade, a criminalidade cresce em proporção geométrica e o poder público não acompanha seus passos. A população, indignada, exige atuação daqueles que considera responsáveis pela segurança pública e os pressiona a fazer algo para combater a violência, que se torna cada vez mais alvo de divulgação pelos órgãos de imprensa, assumindo proporções capazes de legitimar medidas, digamos, nada técnicas por parte do legislador.

É nesse contexto que se analisa, de forma breve e superficial, até em face da extensão do estudo, o atual Direito Penal, seu uso indiscriminado e problemas daí decorrentes, procurando-se ainda com exemplos ilustrar o caminho, quiçá perigoso, que tal importante ramo do Direito segue.

Dentro disso, pontos específicos serão, respeitando-se a dinâmica e os limites da análise, trabalhados, partindo-se de eventual idéia generalizada da missão do Direito Penal para então se verificar sua expansão e reflexos de tal ocorrência.

Justifica-se, percebe-se, tal singela discussão na medida em que a evolução demonstra a concretização da já citada expansão do Direito Penal, visto por vezes como remédio para todos os problemas afetos à segurança pública em detrimento da análise dos reais motivos do problema.

A isso exemplificar, rapidamente, recorde-se, de tempos passados, a legislação sobre crimes hediondos. Em tempos atuais, outrossim,

pense-se no denominado pacote de segurança que atualmente está em votação, acelerada, em face da atuação do crime organizado.

1 Finalidade do Direito Penal

Discussão eterna reside em saber qual efetivamente é a função do Direito Penal. Consignou-se que a resposta a tal pergunta não seria o objetivo do estudo, mas certo é, e isso também foi dito, que a concepção que se tenha a respeito influi no decorrer do texto.

A resposta que se dará a tal pergunta, esclareço, não reflete a opinião de quem ora escreve e muito menos de boa parte da doutrina. Demonstra, isso sim, a opinião atual do leigo, e por isso é tal ponto de vista que se explora, pois justamente ele explica a hipertrofia do Direito Penal.

Criminalidade crescente, ausência de políticas governamentais sérias, omissão do Poder Público. Soma-se tudo isso e bem se sabe, deixando de lado a prevenção que deveria ocorrer, qual o resultado: o Direito Penal é a solução.

É ele quem deve cuidar da criminalidade, acredita o povo, iludido por discursos vazios, mas eloqüentes, das pessoas que algo de concreto poderiam fazer, mas atribuem ao juízo criminal a tarefa de conter os criminosos, municiando-o com leis severas.

E aí, como resposta ao questionamento formulado, vem a afirmação singela: o Direito Penal tem como finalidade combater o crime (e ponto final), o que justamente reflete o medo da sociedade contemporânea que aduba a exploração do Direito Penal:

“O terreno fértil para o desenvolvimento de um Direito Penal simbólico é uma sociedade amedrontada, acuada pela insegurança, pela criminalidade e pela violência urbana. Não é necessária estatística para afirmar que a maioria das sociedades modernas, a do Brasil dramaticamente, vive sob o signo da insegurança. O roubo com traço cada mais brutal, ‘seqüestros relâmpagos’, chacinas, delinquência juvenil, homicídios, a violência propagada em ‘cadeia nacional’, somados ao aumento da pobreza e à concentração cada vez maior da riqueza e à verticalização social, resultam numa equação bombástica sobre os ânimos populares. Dados estatísticos e informações distorcidas ou mal entendidas sobre a ‘explosão da criminalidade’ criam um estado irrefletido de pânico, fundados em mitos e ‘fantasmas’.” (SICA, 2002, p. 77).

E aí se fixa o ponto de partida para as mais diversas conseqüências, nefastas, geralmente, para a ciência criminal.

Entre tais conseqüências que se podem atribuir à premissa acima indicada, duas chamam mais a atenção e serão exploradas neste estudo: a atitude do legislador e a atitude do juiz criminal. Ambas partem, contudo, do que se costumou chamar da cultura do medo.

2 Cultura do medo

Delitos ocorrem em velocidade surpreendente. E não mais se trata do furto simples na residência do bairro, mas sim de roubos majorados, seqüestros, tráfico de drogas e outros tantos. E isso é notícia. Notícia que a mídia explora de maneira incansável, expondo a desgraça alheia na esperança, que se concretiza, de alcançar o maior número de, sequer digo leitores, consumidores.

Jornais, rádios, emissoras de televisão, todos os órgãos de imprensa dão cada vez mais atenção à violência. Exemplo disso reside nos programas de televisão que foram criados para, de forma específica, abordar atos criminosos, com isso ganhando inclusive horários considerados nobres na grade diária das emissoras (a exemplificar, veja-se o conhecido "Linha Direta" da Rede Globo, transmitido nas noites de quinta-feira). Sem dar atenção ao esperado jornalismo informativo, reflete-se, com o poder da imagem, tragédias que são superdimensionadas pelo sensacionalismo marcante de tal tipo de imprensa:

"A valorização da violência, o interesse pelo crime e pela justiça penal é uma prática enraizada na mídia, que encontra seu melhor representante no jornalismo sensacionalista. Utilizando-se de um modo próprio da linguagem discursiva, ágil, coloquial, e do impacto da imagem, promove uma banalização e espetacularização da violência (...). O jornalismo sensacionalista enaltece o fato e fabrica uma nova notícia com cargas emotiva e apelativa. Extrapola o fato real, utiliza um tom escandaloso na narrativa, sensacionalizando o que não é sensacional. É a exploração do que fascina, do extraordinário, do desvio e da aberração. Os personagens que integram essa forma de notícia são mulheres e homens estereotipados, carregados de valores morais, com marcas fixas como vilões, mocinhos, prostitutas, homossexuais, ladrões e policiais, pessoa vil (...). É o jornalismo de escândalo que tem por fim agredir com o que é proibido, obscuro, temido, criando uma ficção que seduz. Não se presta a informar, e sim a vender aparência, entretenimento barato que consiste no lado atraente dos escândalos envolvendo crimes." (VIEIRA, 2003, p. 55)

Contribui-se, assim, para alavancar o medo generalizado. Traz para perto do destinatário a idéia de que a criminalidade o rodeia, que certamente ele será a próxima vítima.

Banaliza-se a violência, que é superdimensionada de forma a atrair a atenção daquele a ser informado:

“As imprensas escrita e falada são dispositivos culturais e sociais. Todavia, quando nesses meios circulam informações sobre o tema violência, é de forma banalizada, gerando muitas vezes um clima de pânico e medo na sociedade. Assim, socializa-se um modo de ver e de interpretar o fenômeno que distorce a realidade, hipertrofia os fatos através da espetacularização da notícia e da estética das imagens, desvia o foco da atenção para o perigo imaginário que se restringe e localiza em certos tipos de sujeitos e espaços sociais a eles relacionados. Ao gerar essas informações sobre violência, a imprensa reproduz, de certo modo, o processo de transmissão dessas informações efetuado por grupos politicamente dominantes, no qual o sentido dos diversos tipos de violência que ocorrem na sociedade e, principalmente, da violência estrutural é ignorado.” (PASTANA, 2003, p. 79)

No mesmo sentido:

“Em todo caso, à vista do que vem acontecendo nos últimos anos, é incontestável a correlação estabelecida entre a sensação social de insegurança diante do delito e a atuação dos meios de comunicação. Estes, por um lado, da posição privilegiada que ostentam no seio da sociedade de informação e no seio de uma concepção do mundo como aldeia global, transmitem uma idéia da realidade na qual o que está distante e o que está próximo têm uma presença quase idêntica na forma como o receptor recebe a mensagem. Isso dá lugar, algumas vezes, diretamente a percepções inexatas; e, em outras, pelo menos a uma sensação de impotência. Com mais razão, por outro lado, a reiteração e a própria atitude (dramatização, morbidez) com a qual se examinam determinadas notícias atuam como um multiplicador dos ilícitos e catástrofes, gerando uma insegurança subjetiva que não se corresponde com o nível de risco objetivo. Assim, já se afirmou com razão que ‘os meios de comunicação, que são o instrumento de indignação e da cólera públicas, podem acelerar a invasão da democracia pela emoção, propagar uma sensação de medo e de vitimização e introduzir de novo no coração do individualismo moderno o mecanismo do bode expiatório que se acreditava reservado aos tempos revoltos.’” (SÁNCHEZ, 2002, p. 38)

Como consequência, cria-se no povo a insegurança, a idéia de que o crime está em toda a parte e que certamente não demorará até que seja uma pessoa próxima a vítima seguinte.

A partir daí, temos o primeiro passo para a reclamação de leis mais árduas e atuação mais severa pelo julgador, como se o interesse maior fosse, ao final, tão- somente punir o infrator; na verdade, se vingar dele: "O certo é que a intervenção totalizadora da legislação penal é fruto da pressão que a sociedade insegura executa" (PASTANA, 2003, p. 120).

3 Atitude do legislador

Partindo do prisma de que nutre função nitidamente e primordialmente intimidatória o Direito Penal, o legislador, impregnado pelo medo que assola o povo, por inúmeras vezes usa o importante poder que tem e, pelos mais diversos motivos – eleitoreiro, entre outros –, cria leis penais exageradas ou alheias à técnica que se poderia esperar do responsável pela edição de atos normativos estatais.

Parte o legislador, então, atrelado às reclamações de seu eleitorado, para a edição de leis árduas que em sua visão poderiam resolver o problema da criminalidade. Veda-se a concessão de liberdade provisória, penas exageradas são previstas, enfim, tudo que possa, nessa visão simplista, eventualmente contribuir para maior prevenção geral por meio de meros atos normativos. Como diz a doutrina:

"Em verdade, o que se experimenta é uma indevida apropriação do direito penal pelo Estado, que o utiliza como poderoso instrumento de política populista, capaz de dar resposta rápida (e ilusória) a situações aflitivas emergentes e que causam clamor público. Por isso, nota-se que o Legislativo não somente vem criminalizando condutas que bem poderiam ser tuteladas no extra penal, mas também o vem fazendo de forma errada, abusando de figuras abertas e direcionadas a situações que meramente geram perigo (...). Melhor delineada está essa atividade legislativa inútil quando nos voltamos para o seu caráter meramente simbólico. Usa-se indevidamente do direito penal no ledó engano de estar dando retorno adequado a toda criminalidade moderna, mas que em realidade não faz mais que dar revide a uma reação meramente simbólica, cujos instrumentos utilizados não são aptos para a luta efetiva e eficiente contra a criminalidade. Por exemplo: a lei que estabelece sanções mais pesadas para os chamados crimes hediondos, inclusive com severas consequências na esfera do *ius libertatis* ainda no curso do processo, por acaso teve o condão de reduzir o tráfico de entorpecentes? Não.

Ou seja, o legislador sabe que o problema existe e é aflitivo, mostra-se preocupado, inquieto e reage imediatamente ao problema da criminalidade emergente por meio de um procedimento 'desonesto', por meio de uma reação de fachada." (AMARAL, 2003, p. 155 e 156)

Esquece-se o legislador, dentro disso, dos vários motivos que levam à empreitada criminosa. Não se recorda de sua omissão, ao lado do Poder Executivo, de garantir ao povo acesso mínimo à educação, à moradia e, principalmente, ao trabalho.

Ações em tais áreas exigem muito mais do que a edição de singelos textos normativos. Atitudes nesse contexto exigem planejamento sério, uso adequado de recursos públicos, seriedade e competência. Tais atributos, infelizmente, diminuem diariamente, de forma inversamente proporcional ao aumento da criminalidade. E por isso continua-se editando leis e mais leis, como se elas fossem o suficiente. É óbvio, não são.

"Numa análise do noticiário da imprensa sobre a escalada da violência e do crime no Brasil, desconfia-se de que as estatísticas oficiais são mentirosas e de que a imensa maioria dos legisladores e governantes, por ignorância ou por interesse, parece perdida em relação à segurança pública. Sistemáticamente, deixam de lado o investimento na prevenção criminal (a única forma de trazer tranquilidade à população) e preferem a repressão policial e judicial (que procura cuidar dos fatos já acontecidos, com prejuízos humanos e materiais sem retorno, optando pelo 'combate ao crime')."
(MORAES, 2005, p. 51)

Lamentável, porém, dentro disso, é ter a nítida sensação de que muitos daqueles que contribuem para tal desiderato têm plena noção da irrelevância e dos equívocos de tal postura. Negligencia-se o real escopo e não se cuida do processo de criação da lei penal como se deveria, possibilitando-se então a consolidação de uma legislação conveniente aos interesses políticos de curto prazo, prejudicando qualquer tentativa de criação – para posterior aplicação – de um direito penal racional. Mas isso a eles não importa:

"Ao lidar com as angústias mais prementes da população, o legislador penal, desidioso ou astuto e desobrigado de atender qualquer desígnio de Política Criminal (inexistente), cede à tentação populista de oferecer o Direito Penal como panacéia de todos os males que a afligem." (SICA, 2002, p 82)

Colocam-se os responsáveis pela lei em pedestal imune a críticas, defendendo a idéia de que fizeram a parte que lhes cabia. Incriminaram mais uma conduta ou tornaram mais grave outra já

tida como crime, isso sem qualquer idéia, geralmente, do contexto de tais mudanças que provocam:

“Observa-se, ainda, que na legislação penal brasileira encontram-se inúmeras disposições em que resta evidente o descomprometimento com qualquer critério científico no estabelecimento das infrações e as respectivas respostas sancionatórias. Não são raros os exemplos de normas penais em que é flagrante a inobservância aos mandamentos dos princípios da necessidade, da idoneidade e da proporcionalidade em sentido estrito, o que, sem dúvida, reflete-se num conjunto legislativo em descompasso com os valores inerentes à sociedade e, também, numa afronta à liberdade constitucionalmente garantida.” (GOMES M. G., 2003, p. 228)

O resultado, dentro disso, já é conhecido. Atente-se, por exemplo, para o artigo 21 da Lei 10.826/03, que veda a concessão de liberdade provisória a determinados crimes, entre eles um que possui pena mínima abstratamente cominada de três anos de reclusão, o que permitiria ao réu, então, caso condenado ao mínimo legal sem a existência de reincidência, cumprir a pena em tese em regime aberto, com a possibilidade de aplicação de penas restritivas de direito. Para a lei, então, teríamos pessoa que ficaria presa até o advento da sentença. Condenada, seria solta, o que retrata a contradição legal mormente se lembrarmos da idéia de que:

“As medidas processuais penais de urgência hão de ser graduadas de acordo com a gravidade do crime. Especialmente as medidas privativas de liberdade do imputado hão de ficar reservadas aos crimes que, quando do julgamento final, o imputado possa ser, efetivamente, condenado a uma pena de prisão.” (RAMOS, 1998, p. 115)

E esse, bem se sabe, é apenas um dos vários exemplos contidos na legislação penal recente. Não seria demais, o que não se fará em atenção à brevidade, trazer à discussão, por exemplo – e isso menciono apenas para ilustrar a idéia de que o conjunto de dispositivos legais questionáveis é amplo –, dispositivos legais contidos na lei dos crimes hediondos – vedação à liberdade provisória e a sempre questionada, com recente manifestação do e. Supremo Tribunal Federal a respeito, fixação do regime integral fechado para cumprimento de pena em caso de crimes hediondos.

Observação: repare-se, ao término deste tópico, que o enfoque incidiu sobre o direito penal agressivo que se produz. Para não passar em branco, na mesma linha – crítica – poderiam vir comentários também sobre o desvirtuamento do Direito Penal. Exemplo? Seu uso como verdadeiro meio de cobrança em crimes contra a ordem tributária, o que se lança apenas a título de reflexão (como justificar,

senão, a extinção da punibilidade de certos crimes se houver o pagamento do débito em determinado momento processual ou pré-processual?).

4 Atitude do juiz criminal

Fácil perceber, por tudo que já se escreveu, o que recai sobre o magistrado que atua na área criminal. Ultrapassada a barreira invisível da prevenção geral e cometido o crime, a tal magistrado caberá a importante tarefa de recompor a ordem social. E aí as exigências se solidificam.

Alheia a aspectos técnicos, justos e legais a interferir na análise do caso, exigem-se do juiz prisões imediatas, penas altas, enfim, tudo que possa vir a desestimular outros e demonstrar àquele que o delito cometeu que ele não passará incólume.

Aí entra a importância de o magistrado ter a noção de sua função no Estado Democrático de Direito. Garantir o respeito ao devido processo legal, à presunção de inocência, a todos os princípios afetos ao Direito Penal e Processual Penal; enfim, superar pressões, quaisquer que sejam as fontes, para propiciar o desenrolar de procedimento criminal íntegro o suficiente para, ao final, mediante sentença oriunda de juiz imparcial, se definir eventual responsabilidade penal de determinado agente, isso tudo sempre tendo os olhos voltados para a Constituição Federal, verificando sempre a obediência a princípios constitucionais maiores que devem nortear sua atuação:

“Os juízes, nesse novo sistema, merecem menção especial, porque possuem a missão de garantir a eficácia dos direitos fundamentais. O melhor modelo de atuação judicial, por isso, é o positivo-constitucionalista, que leva o juiz a questionar sempre a validade da lei, antes de aplicá-la. Dessa postura garantista é que emana, automaticamente, a chamada jurisprudência constitucionalizada, que parte da premissa de que a Constituição constitui o contexto necessário de todas e cada uma das normas do ordenamento jurídico, inclusive para o efeito de sua interpretação e aplicação.” (GOMES L. F., in Caderno Direito e Justiça, p. 05, Jornal Estado do Paraná, Ed. 09.04.06)

No dizer exemplificativo da jurisprudência:

“Esse conceito elástico de ordem pública que a interpretação jurisprudencial busca afirmar modernamente, diante desse clamor da imprensa em relação ao crime de alta violência, é uma interpretação

que se ajusta, data venia, a uma neutralização da prevenção penal no país, decorrente de um indevido, insustentável e inadequado enxugamento do Estado. Como não temos um aparato policial adequado para prevenir os crimes, nós, então, agravamos as penas, agravamos as soluções penais e processuais penais para que o direito penal preencha esse espaço vazio que o Estado deixa e sucumbe diante das idéias neoliberais. Então fazemos um direito penal de alta rigidez, que, na realidade, não cumpre a sua finalidade, porque o direito penal não faz cultura, o direito penal traduz uma cultura que o povo desenvolve.” (TRF 4ª R. – HC 2003.04.01.024761-1 – PR – 2ª T. – Rel. Des. Federal João Surreaux Chagas – DJU 23.07.2003 – p. 191)

Não pode o juiz criminal ceder à tentação de ser ele o guardião supremo da ordem pública. Há mecanismos maiores para tanto. Dá ele sua contribuição, mas nos limites que se exige de um membro do Poder Judiciário:

“No Estado de Direito, Juiz Penal não é policial de trânsito, não é vigia de esquina, não é zelador do patrimônio alheio, não é guarda do sossego de cada um. Não é sentinela do Estado. Ele não tem o encargo de bloquear a maré montante da violência ou de refrear a criminalidade, a criminalidade agressiva e ousada. O Estado verdadeiramente democrático reservou para tais fins outros órgãos da sua estrutura organizacional. A missão do Juiz Criminal é exercer a função criativa nas balizas da norma incriminadora. É infundir em relação a determinadas normas punitivas o sopro do social. É zelar para que a lei ordinária nunca elimine o núcleo essencial dos direitos do cidadão.” (LUISI, in Anais do Curso de Direito Penal, Revista da Ajuris, Edição Especial, julho de 1999, p. 116)

Deve estar ciente de que o Direito Penal não será a via segura para o objetivo delineado: aprimoração da segurança pública:

“Não se pode perder de vista é que o Direito Penal não tem e não pode ter uma função promocional. Ele não deve e não pode ser utilizado sob a desculpa de intentar-se um suposto desenvolvimento ou aprimoramento da sociedade, em razão de essa utilização poder levar a um autoritarismo; em segundo lugar, em virtude de o Direito Penal não constituir meio hábil para a implementação de políticas sociais (...). Aliás, além de reconhecer-se o perigo da utilização do Direito Penal com fins promocionais, já é admitida a falácia que essa utilização enseja, na medida em que a resposta penal a uma determinada demanda social nada mais é que uma forma de fugir à responsabilidade de atender efetivamente a essa demanda. De fato, a incapacidade do Direito Penal de concretizar os direitos sociais faz com que sua utilização promocional se transforme em verdadeira medida simbólica. Deve-se lembrar que o uso promocional e/ou

simbólico do Direito Penal condiz com o discurso da law and order, criticado até mesmo no país que o exporta.” (PASCHOAL, 2003, p. 123/126).

Enfim, deve o juiz criminal ter a completa separação, em sua consciência, daquilo que lhe compete ou não em busca da reclamada ordem social.

Com isso não se afasta a contribuição que o magistrado possa dar à busca de uma sociedade com índices de criminalidade menores. Não se confunda o cerne destes apontamentos com tal afirmação. O que se pretende dizer é que o combate à criminalidade não é nem de longe a principal tarefa do juiz criminal. Com isso ele pode colaborar, mas o que mais importa em sua conduta é o seu vínculo a um processo penal justo e atrelado à Constituição Federal. Que venha o magistrado, por exemplo, a afastar dispositivos legais que violam princípios constitucionais, como a vedação à liberdade provisória acima citada contida na lei de armas de fogo. O que se espera, então, é justamente a presença, no espírito do juiz criminal, da noção do justo, que tal objetivo seja sua maior finalidade: “Não há tribunais que bastem para abrigar o Direito quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados” (CAMPOS, 1960, p. 48).

Atitude essa, é preciso ressaltar, que não só envolve a análise do direito penal, mas passa, de forma indispensável, pela observância, uma vez mais se insiste nisso, do devido processo legal.

Processo penal que não espelha apenas um instrumento apto a propiciar a aplicação da lei ao caso concreto, mas que reflete, isso sim, os próprios valores que a comunidade a si exposta defende. Processo penal, então, que se espera justo e atento às garantias constitucionais por todos conhecidas, mas nem sempre respeitadas.

Atente-se, assim, em singelo rol: a) à presunção de inocência, sempre a orientar o julgador a não condenar quando dúvidas tiver; b) ao efetivo contraditório, possibilitando manifestações das partes sempre que isso seja necessário; c) à ampla defesa, não só garantida, mas efetivamente exercida; d) à igualdade entre as partes na busca da solução final; e) à obtenção da prova de forma legítima, sem vícios, ignorando-se eventual tendência a justificar os meios pelos fins alcançados; f) ao ideal de juiz e promotor natural, figuras a atuar no processo alheias a qualquer parcialidade que lhes possa retirar a isenção necessária que lhes é, e não pode deixar de ser, exigida; g) à restrição da prisão a situações em que efetivamente a restrição da liberdade se mostre medida indispensável, e isso por prazo razoável a não prolongar o cárcere por lapso temporal extremamente largo.

Enfim, atente-se para esses e todos os demais ideais que possam efetivamente propiciar um devido processo penal legal, um processo penal constitucional.

“Para além da mera explicitação dos direitos fundamentais como a verdadeira e legítima fonte de direitos e obrigações, públicas e privadas, que deve orientar a solução dos conflitos sociais, individuais e coletivos, parece já irrecusavelmente introjetada na cultura nacional a necessidade de se vincular a aplicação do Direito e, assim, do Direito Processual Penal à tutela e à realização dos direitos humanos, postos como fundamentais na ordenação constitucional (...). Nesse quadro, os princípios fundamentais do processo não podem se afastar de tal missão. Princípios, então, que se apresentam como normas fundantes do sistema processual, sem os quais não se cumpriria a tarefa de proteção aos direitos fundamentais. O Direito Processual Penal, portanto, é, essencialmente, um direito de fundo constitucional.” (OLIVEIRA, 2005, p. 23)

Conclusão

Tema conhecido, o presente estudo na verdade vem como alerta.

Cada vez mais as fronteiras do Direito Penal são alargadas e é preciso que se perceba de que forma isso ocorre, sob pena de medidas tardias serem inócuas. O Direito Penal, como se sabe, deve fixar seus limites de atuação partindo de premissas definidas e coerentes com o Estado Democrático de Direito que se propaga existir. Certo é que atualmente a violência do poder punitivo é verificada universalmente. Porém, igualmente pertinente é lembrarmos que há poderes punitivos exercidos de forma menos inadequada (irracional, para a doutrina), o que demonstra a evolução de cada país, o que é justamente o perseguido por todos.

Já é momento de se perquirir, com frieza e precisão técnica, o que devemos esperar do Direito Penal.

Já passou do momento de se exigir, outrossim, medidas aptas a combater a criminalidade: educação, trabalho, moradia, enfim, tão-somente a implementação de direitos básicos ditados pela esquecida Constituição Federal.

Dos juízes, outrossim, espera-se a devida análise da legislação que virão a aplicar de modo a evitar que se veja o réu como um inimigo, alguém contrário à ordem posta. O magistrado deve ter visão ampla do caso, alheio – imparcial – à opinião pública, de forma a garantir a observância do justo, pois para isso veste sua toga.

Chegará, enfim, o momento em que olharemos para trás e saberemos distinguir facilmente os erros e os acertos. Seja a contribuição de cada um destinada a fazer prevalecer os acertos, mormente quando lembramos que no direito penal, em última análise, estamos lidando com direito fundamental da pessoa humana: a liberdade.

Referências bibliográficas

AMARAL, Cláudio do Prado. Princípios Penais: da Legalidade à Culpabilidade. São Paulo: IBCCrim, 2003.

BATISTA, Nilo E.; ZAFFARONI, Raúl. Direito Penal Brasileiro – I. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CAMPOS, Arruda. A Justiça a Serviço do Crime. São Paulo: Saraiva, 1960.

FERNANDES, Antonio Scarance. Processo Penal Constitucional. 2. ed. São Paulo: RT, 2000.

GOMES, Luiz Flávio. Legislação Penal Emergencial e seus limites constitucionais. Jornal Estado do Paraná. Curitiba, 09 abr. 2006. Caderno Direito e Justiça.

_____. Princípio da Ofensividade no Direito Penal. São Paulo: RT, 2002.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. O princípio da Proporcionalidade no Direito Penal. São Paulo: RT, 2003.

LUISI, Luiz. Um Novo Conceito de Legalidade Penal. Revista da Ajuris. Anais do Curso de Direito Penal. Edição Especial. Porto Alegre, jul. 1999.

MORAES, Bismael B. Prevenção Criminal ou Convivência com o Crime. São Paulo: RT, 2005.

OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PASCHOAL, Janaína Conceição. Constituição, Criminalização e Direito Penal Mínimo. São Paulo: RT, 2003.

PASTANA, Débora Regina. Cultura do Medo: reflexões sobre a violência criminal, controle social e cidadania no Brasil. São Paulo: Método, 2003.

RAMOS, João Gualberto Garcez. A Tutela de Urgência no Processo Penal Brasileiro. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SÁNCHEZ, Jesús-María Silva. A Expansão do Direito Penal. São Paulo: RT, 2002.

SICA, Leonardo. Direito Penal de Emergência e Alternativas à Prisão. São Paulo: RT, 2002.

VIEIRA, Ana Lúcia Menezes. Processo Penal e Mídia. São Paulo: RT, 2003.

Referência bibliográfica: (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):
Hoffmann, Vanessa de Lazzari. Direito Penal Máximo? . Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.20, out. 2007. Disponível em: